

Demonstrações Financeiras



CSI Certification Services



2022

ÍNDICE

Balanço Patrimonial	03
Demonstração do Resultado	04
Demonstração do Resultado Abrangente	04
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	05
Demonstração dos Fluxos de Caixa	06
Notas Explicativas	07
1. Contexto operacional	07
2. Base de elaboração e apresentação	08
3. Principais políticas contábeis	09
4. Caixa e equivalentes de caixa	13
5. Contas a receber	14
6. Ativos de contratos	14
7. Tributos a recuperar/compensar	15
8. Adiantamentos	15
9. Despesas antecipadas	16
10. Imobilizado e intangível	16
11. Obrigações trabalhistas	19
12. Fornecedores	19
13. Obrigações tributárias	20
14. Arrendamentos a pagar	22
15. Outras contas a pagar	22
16. Patrimônio líquido	23
17. Receita operacional	26
18. Custo com pessoal e pró-labore	26
19. Custo com depreciação e amortização	27
20. Custo com ocupação	27

21. Outros custos	28
22. Despesa com pessoal e pró-labore	28
23. Despesa com serviços de terceiros	29
24. Despesa com ocupação	29
25. Despesas gerais	30
26. Despesa com depreciação e amortização	31
27. Outras receitas e despesas operacionais	31
28. Resultado financeiro	32
29. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	32
30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	33
31. Seguros	35
32. Informações complementares de interesse público - Lei nº 13.303/2016	35
33. Eventos subsequentes	35
Relatório dos Auditores Independentes	36
Aprovação do Conselho de Administração	39
Parecer do Conselho Fiscal	40

Observação: Todas as referências às notas explicativas nas demonstrações possuem *hiperlinks*.



Balço Patrimonial

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		16.141.542	12.701.944
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.155.414	6.355.187
Contas a receber	5	840.023	1.148.656
Ativos de contratos	6	2.827.214	5.104.285
Tributos a recuperar/compensar	7.1	197.970	9.796
Adiantamentos	8	47.253	30.878
Despesas antecipadas	9	73.669	53.142
Não Circulante		1.151.578	746.402
Realizável a longo prazo		116.889	91.860
Tributos a recuperar/compensar	7.2	116.889	91.860
Imobilizado e intangível	10	1.034.689	654.543
Total do Ativo		17.293.120	13.448.346
PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		3.411.616	2.851.250
Obrigações trabalhistas	11	1.699.381	1.086.029
Fornecedores	12	85.608	146.433
Obrigações tributárias	13.1	1.057.546	1.340.672
Arrendamentos a pagar	14	198.353	196.795
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.4	273.965	-
Outras contas a pagar	15	96.764	81.321
Não Circulante		301.933	497.483
Obrigações tributárias	13.2	134.636	178.355
Arrendamentos a pagar	14	167.297	319.128
Total do Passivo		3.713.548	3.348.733
Patrimônio Líquido	16	13.579.571	10.099.613
Capital social	16.1	12.700.000	12.700.000
Prejuízos acumulados	16.2	-	(2.600.387)
Reserva legal	16.3	57.677	-
Dividendos adicionais propostos	16.4	821.894	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		17.293.120	13.448.346

Demonstração do Resultado

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	17	19.709.569	11.524.088
Custo com pessoal	18	(10.319.312)	(4.932.725)
Custo com pró-labore	18	(1.530.196)	(1.053.856)
Custo com depreciação e amortização	19	(155.523)	(108.225)
Custo com ocupação	20	(134.674)	(67.884)
Outros custos	21	(657.357)	(178.080)
Resultado operacional bruto		6.912.507	5.183.318
Despesas com pessoal	22	(1.711.392)	(1.340.146)
Despesas com pró-labore	22	(1.021.887)	(1.634.161)
Despesas com serviços de terceiros	23	(212.042)	(212.805)
Despesa com ocupação	24	(35.381)	(55.172)
Despesas gerais	25	(112.506)	(78.074)
Despesa com depreciação e amortização	26	(162.031)	(129.445)
Outras receitas/despesas operacionais	27	(557)	16.634
Resultado operacional antes do financeiro		3.656.712	1.750.149
Receitas financeiras	28	1.043.863	209.968
Despesas Financeiras	28	(40.389)	(48.413)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		4.660.185	1.911.704
IRPJ	29	(655.434)	(306.089)
CSLL	29	(250.828)	(130.017)
Resultado líquido do exercício		3.753.923	1.475.598

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	3.753.923	1.475.598
Resultado abrangente do exercício	3.753.923	1.475.598



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social Integralizado	Reserva legal	Distribuição de Dividendos	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Em 31/12/2020	12.700.000	-	-	(4.075.985)	8.624.015
Resultado líquido do exercício				1.475.598	1.475.598
Em 31/12/2021	12.700.000	-	-	(2.600.387)	10.099.613
Resultado líquido do exercício				3.753.923	3.753.923
Constituição de reserva legal		57.677		(57.677)	-
Dividendos obrigatórios				(273.965)	(273.965)
Dividendos adicionais propostos			821.894	(821.894)	-
Em 31/12/2022	12.700.000	57.677	821.894	-	13.579.571

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	3.753.923	1.475.598
Depreciações e amortizações	317.554	237.671
<i>a) Subtotal</i>	<i>4.071.477</i>	<i>1.713.268</i>
Aumento/Redução - Ativos Circulante e Não circulante		
Contas a receber	308.633	259.319
Ativos de contratos	2.277.071	(4.660.665)
Tributos a recuperar/compensar	(213.203)	428.717
Adiantamentos	(16.376)	(23.781)
Despesas antecipadas	(20.527)	(15.986)
Aumento/Redução - Passivos Circulante e não circulante		
Obrigações trabalhistas	613.352	298.135
Fornecedores	(60.826)	105.331
Obrigações tributárias	(326.845)	726.027
Outras contas a pagar	15.443	48.920
<i>b) Subtotal</i>	<i>2.576.723</i>	<i>(2.833.982)</i>
(a+b) Caixa Líquido gerado/aplicado nas atividades operacionais	6.648.200	(1.120.714)
Fluxo de Caixa das atividades de Investimento		
Adições de Imobilizado e Intangível	(709.225)	(46.229)
Baixas de Imobilizado e Intangível	11.525	2.530
c) Caixa Líquido gerado/aplicado nas atividades de Investimento	(697.700)	(43.699)
Fluxo de Caixa das atividades de Financiamento		
Arrendamentos a pagar	5.322	5.520
Amortização de principal - arrendamento	(191.148)	(192.444)
Amortização de encargos financeiros de arrendamento	35.552	45.627
d) Caixa Líquido gerado/aplicado nas atividades de Financiamento	(150.274)	(141.297)
(a+b+c+d) Aumento/Redução do capital circulante líquido	5.800.227	(1.305.710)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.355.187	7.660.897
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.155.414	6.355.187

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Paulo Parcerias S.A. (SP Parcerias ou Companhia), situada na Rua Líbero Badaró, 293, 25º andar, cj. 25C, Centro Histórico de São Paulo/SP, teve sua criação autorizada pela Lei Municipal nº 14.517/2007. É uma sociedade de economia mista integrante da Administração Indireta do Município de São Paulo, vinculada à Secretaria de Governo (SGM), e regida pelas Leis Federais nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), por seu Estatuto Social e demais disposições legais aplicáveis.

A principal atividade na Companhia é estruturar e desenvolver projetos de concessões e parcerias público-privadas, bem como alienar ativos municipais, por meio da prestação de serviços de consultoria e assessoria técnico-especializada, em especial, para a viabilização do Plano Municipal de Desestatização (PMD) e do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas da Prefeitura de São Paulo. Tais programas contemplam um rol de serviços e ativos que podem ser transferidos à iniciativa privada em prol da desoneração dos cofres públicos e da melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Nesse contexto, a Prefeitura de São Paulo encerrou o ano de 2022 com 6 contratos assinados estruturados pela Companhia, cujos benefícios totais diretos e indiretos somam cerca de 4,35 bilhões de reais. Além da estruturação de inúmeros projetos, nas mais diversas áreas, a SP Parcerias ampliou sua carteira de clientes e seu alcance de atuação por meio de contratos firmados com o município de Porto Alegre e a Casa Civil, este último para o desenvolvimento de ações e instrumentos, como monitoramento, pesquisa, consultoria técnica, consultoria jurídica e assessoria de comunicação institucional, em prol da iniciativa #TodosPeloCentro, instituído por meio do Decreto Municipal nº 61.814, de 15 de setembro de 2022.

Como resultado, a Companhia finalizou o exercício com um lucro de R\$ 3.753.923, maior resultado já obtido nos quase 13 anos de sua existência, 154% superior ao ano anterior e, além disso, reverteu integralmente os prejuízos acumulados.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que tange à sua escrituração e elaboração, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 13.303/2016.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, bem como os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas por meio das notas explicativas, e correspondem às mesmas informações utilizadas pela Administração na gestão da SP Parcerias.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 30 de março de 2023, autorizou a divulgação das presentes demonstrações financeiras.

A Administração tem, na data de elaboração das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos necessários para sua continuidade operacional no futuro próximo.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

2.2. Moeda funcional

Estas demonstrações são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As revisões das estimativas contábeis são realizadas continuamente, e os efeitos decorrentes das revisões são reconhecidos no período de realização e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.4. Mudança de política contábil

Em conformidade com os itens 105 e 107 da NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, os valores relativos aos serviços executados a faturar, pendentes de ateste pelos fiscais e gestores dos contratos, estão sendo apresentados como Ativos de Contratos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros não diferem dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são compostos por recebíveis, aplicações financeiras e ativos de contratos.

Contas a receber e ativos de contratos são mensurados inicialmente pelo valor justo na data em que foram originados, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São reconhecidas perdas estimadas de créditos com base em experiências anteriores e na análise individual do saldo a receber de cada cliente.

As aplicações financeiras são de curto prazo, alta liquidez e são sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo. Os recursos são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

3.1.2. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a SP Parcerias se torna parte de disposições contratuais. São compostos por fornecedores, contas a pagar, arrendamentos a pagar e outras contas a pagar. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente. Os demais passivos são mensurados pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

3.2. Ativo imobilizado e intangível

Itens do imobilizado e intangível são mensurados pelo custo de aquisição, deduzidas a depreciação/amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Em função do desgaste ou uso, estes itens são depreciados/amortizados pelo método linear, baseado em sua vida útil econômica. As vidas úteis e os valores residuais são revisados ao final de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

Ativos arrendados são amortizados pelo período mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis.

Em conformidade com a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a SP Parcerias avalia seus ativos imobilizados, individualmente, quando há indícios de sua desvalorização e, anualmente, seus ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo é comparado com o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda.

Os bens são baixados quando não há expectativa de geração de benefícios econômicos resultantes de seu uso contínuo. Eventual perda na baixa de um ativo é reconhecida no resultado.

3.3. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e se for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A provisão para contingência é determinada pela Administração de acordo com a expectativa de perda, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mediante avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

Atualmente, a Companhia tem apenas uma ação judicial declaratória de nulidade de ato administrativo combinada com reintegração em cargo público, cujo valor estimado de R\$ 202.319 não foi reconhecido no passivo por ser classificada como possível.

3.4. Receita de contrato com cliente

A receita operacional da prestação de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação, a qual a SP Parcerias espera receber pela transferência do serviço contratado ao cliente.

3.4.1. Estruturação de projetos

A prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica especializada para suporte ao desenvolvimento de ações voltadas à estruturação de projetos de desestatizações e parcerias, bem como alienação de ativos municipais, tem sua receita reconhecida mediante a entrega dos “produtos” previstos nos termos de referência dos contratos, os quais têm a contraprestação definida por fases e produtos.

3.4.2. Monitoramento

A prestação de serviços monitoramento e avaliação das diversas parcerias que atuam em Centros Educacionais Unificados da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), por meio da aferição do desempenho e qualidade dos serviços, dedicados ao suporte ao desenvolvimento de ações da Secretaria Municipal de Educação (SME), tem sua receita reconhecida mediante a entrega dos relatórios especificados em cada etapa e produtos.

3.4.3. Apoio à gestão de contratos

A receita da prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica especializada para suporte ao desenvolvimento de ações da PMSP, voltadas ao apoio técnico à Secretaria de Governo Municipal (SGM) no acompanhamento da gestão dos contratos de Concessão e Parcerias dos serviços municipais delegados é reconhecida ao final de cada mês, considerando que a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo. Os preços dos serviços são fixos e mensais.

3.5. Imposto de Renda e Contribuição Social

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), sendo calculada no regime do lucro real anual, segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o excedente de R\$ 240mil, no caso do IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável, no caso da CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

3.5.1. IRPJ e CSLL correntes

Os tributos correntes são apurados com base no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro contábil porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

3.5.2. IRPJ e CSLL diferidos

Os tributos diferidos são apurados com base no lucro diferido do período e lucro diferido de períodos anteriores.

De acordo com o art. 480 do Decreto Federal nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda), a Companhia difere a tributação do lucro relativo aos contratos de longo prazo até sua realização, mediante:

- (i) a exclusão da parcela do lucro auferido, proporcional às receitas consideradas no resultado e não recebidas até a data do encerramento do período; e
- (ii) a inclusão da parcela do lucro, proporcional às receitas consideradas no resultado de períodos anteriores e recebidas no período corrente.

3.6. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e apresentada em conformidade com a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.7. Demonstração do resultado abrangente

Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não são derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica é composta por aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Referem-se a cotas de fundo de investimento junto ao Banco do Brasil, lastreadas em Títulos do Governo Federal, com o objetivo de atender a Prefeitura Municipal de São Paulo, e são mantidas para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins.

A rentabilidade é proporcionada de forma compatível com as variações diárias das taxas de juros, concentrando as aplicações em ativos e operações de renda fixa (exclusivamente com Títulos Públicos Federais e/ou operações compromissadas lastreadas por esses títulos). A rentabilidade, em 2022, foi de 11,95% e, em 2021, de 2,05%

5. CONTAS A RECEBER

O saldo, no montante de R\$ 3.667.237, é composto por valores a receber da Secretaria de Governo Municipal (SGM) e da Secretaria Municipal de Educação (SME), conforme detalhado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Secretaria de Governo Municipal	740.023	242.416
Secretaria Municipal da Educação	100.000	906.240
Total	840.023	1.148.656

Um recebível é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber a contraprestação, ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento seja realizado pelo cliente.

A SP Parcerias não constituiu perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, pois com base na análise do histórico dos clientes, os títulos são liquidados em prazo médio não superior a 45 dias.

6. ATIVOS DE CONTRATOS (SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR)

	31/12/2022	31/12/2021
Secretaria de Governo Municipal	1.855.195	3.908.905
Secretaria Municipal da Educação	74.520	1.195.380
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	897.499	-
Total	2.827.214	5.104.285

O pagamento pelos serviços prestados será devido pelos clientes após a emissão dos atestes pelo fiscal e gestor dos contratos. Portanto, é reconhecido um ativo de contrato no momento da transferência do serviço ao cliente para representar o direito da Companhia de receber a contraprestação pelos serviços transferidos.

No momento do faturamento, o valor do ativo de contrato é reclassificado para contas a receber.

O histórico dos clientes e as condições contratuais não geraram expectativa de perdas e não há componente de financiamento significativo nos contratos, uma vez que o período entre a data de reconhecimento da receita e a data de pagamento é normalmente inferior a um ano.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR

Os saldos de impostos e contribuições a recuperar/compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retenções de clientes, efetuadas de acordo com a legislação fiscal vigente.

7.1. Circulante

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF sobre aplicação financeira	94.277	2.583
IRRF a recuperar	77.829	-
IRPJ recolhido por estimativa	18.662	-
INSS a recuperar	-	11
ISS a recuperar	7.202	7.202
Total	197.970	9.796

7.2. Não circulante

O saldo de R\$ 116.889 refere-se à INSS a recuperar mais correção monetária, calculada com base na SELIC.

8. ADIANTAMENTOS

A rubrica é composta substancialmente pelo pagamento antecipado de férias gozadas em janeiro/2023 (R\$ 46.281), conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

9. DESPESAS ANTECIPADAS

São valores referentes às despesas de condomínio (R\$ 6.293) e vale-refeição (R\$ 45.033) de janeiro/2023, cujos faturamentos ocorrem no mês imediatamente anterior à realização da despesa, prêmios de seguros a apropriar (R\$ 21.505) e assinaturas de jornais e revistas (R\$ 838).

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Composição dos Saldos	31/12/21		31/12/22			
	Vida útil estimada (em anos)	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Perda por redução ao valor recuperável	Valor Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	*	92.097	293.195	(100.778)	-	192.417
Equipamentos de informática	3 a 5	10.938	350.484	(57.723)	-	292.761
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	10.181	16.663	(4.672)	(3.140)	8.851
Móveis e utensílios	15	45.973	276.320	(111.177)	(69.768)	95.375
Direito de uso de ativo	1**	1.158	5.322	(1.597)	-	3.726
Direito de uso de imóvel	5**	462.712	771.187	(462.712)	-	308.475
Licença de uso de software	1	31.484	159.239	(26.156)	-	133.083
Total		654.543	1.872.410	(764.813)	(72.908)	1.034.689

Movimentação do Custo	Vida útil estimada (em anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	*	147.188	146.847	(840)	293.195
Equipamentos de informática	3 a 5	35.123	337.735	(22.374)	350.484
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	16.783	-	(120)	16.663
Móveis e utensílios	15	272.706	66.017	(62.403)	276.320
Direito de uso de ativo	1**	4.631	5.322	(4.631)	5.322
Direito de uso de imóvel	5**	771.187	-	-	771.187
Licença de uso de software	1	40.394	153.304	(34.459)	159.239
Total		1.288.012	709.225	(124.827)	1.872.410



Movimentação da depreciação	Vida útil estimada (em anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	*	(55.091)	(46.135)	448	(100.778)
Equipamentos de informática	3 a 5	(24.185)	(55.023)	21.485	(57.723)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(3.394)	(1.301)	24	(4.672)
Móveis e utensílios	15	(138.044)	(6.398)	33.265	(111.177)
Direito de uso de ativo	1**	(3.473)	(2.754)	4.631	(1.597)
Direito de uso de imóvel	5**	(308.475)	(154.237)	-	(462.712)
Licença de uso de software	1	(8.910)	(51.705)	34.459	(26.156)
Total		(541.572)	(317.554)	94.312	(764.813)

Movimentação da perda por redução ao valor recuperável	Vida útil estimada (em anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	*	-	-	-	-
Equipamentos de informática	3 a 5	-	-	-	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(3.208)	-	68	(3.140)
Móveis e utensílios	15	(88.689)	-	18.921	(69.768)
Direito de uso de ativo	1**	-	-	-	-
Direito de uso de imóvel	5**	-	-	-	-
Licença de uso de software	1	-	-	-	-
Total		(91.897)	-	18.989	(72.908)

* Corresponde ao prazo entre a aquisição do bem/serviço e o término do contrato de locação do imóvel.

** Estabelecida com base na vigência do contrato de locação.

10.1. Ativos de Direito de Uso – Arrendamentos

As rubricas “direito de uso de ativo” e “direito de uso de imóvel” estão relacionadas aos contratos de locação de impressoras e locação do imóvel utilizado como sede da Companhia, respectivamente.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por eventual remensuração dos passivos de arrendamento.

São depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e sua vida útil estimada.

10.2. Estudo de vida útil

Após a realização do inventário de bens, quando foram obtidos dados acerca da localização física, estado de conservação e expectativa de uso, a Companhia elaborou estudo de vida útil, no qual, para identificação de possíveis ajustes nas vidas úteis dos bens, foram analisadas a influência do regime de trabalho e o tipo de manutenção.

Não foram identificados ativos com vida útil a ser ajustada.

10.3. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*)

Observando o disposto no parágrafo 3º, art. 183 da Lei Federal nº 6.404/1976 e a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de identificar eventos que possam indicar desvalorização ou perda do seu valor recuperável.

Em conformidade com o item 8 da referida NBC TG, a SP Parcerias não realizou o teste de *impairment* dos itens do seu imobilizado por não haver indícios de desvalorização.

Já em relação aos itens do intangível, aplicou o teste de recuperabilidade às licenças de uso de *softwares* com vidas úteis indeterminadas, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado para estimativa do valor em uso, em consonância com o item 10 da NBC TG 01.

A definição do valor em uso envolve a utilização de premissas e julgamentos sobre os fluxos de caixa futuros, os quais representam a melhor estimativa da Companhia, consignadas no Compromisso de Desempenho Institucional (CDI).

Baseando-se no teste realizado, não foram identificadas perdas, considerando que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil ao final de 2022.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

O aumento no valor das obrigações trabalhistas está relacionado ao aumento do quadro de colaboradores, em função da assinatura de novos contratos com clientes e consequente aumento da receita.

A provisão para férias dos funcionários foi constituída de acordo com os direitos adquiridos até a data do encerramento do exercício, acrescidos dos encargos previdenciários e sociais.

	31/12/2022	31/12/2021
Férias	889.024	515.669
INSS sobre férias a pagar	226.660	128.904
FGTS sobre férias	71.122	41.253
INSS sobre folha a recolher	275.286	193.246
Recesso de diretores	82.427	92.500
FGTS a recolher	76.555	46.093
Reembolso de cessão	74.830	68.365
Salários e ordenados	2.085	-
Pró-labore a pagar	1.393	-
Total	1.699.381	1.086.029

12. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores registrado no valor de R\$ 85.608 é composto pelos valores em aberto de aquisições de produtos e serviços, pagas, normalmente, em até 30 dias e sobre as quais não incidem juros.

Valores não liquidados no prazo de 30 dias estão relacionados com registro de pendência no Cadastro Informativo Municipal – CADIN, conforme previsto no art. 3º da Lei Municipal nº 14.094/2005.



A Administração acredita que o valor contábil registrado na conta de fornecedores não difere do seu valor justo.

O referido saldo está detalhado abaixo:

	31/12/2022
Xerografia Informática Ltda	26.495
RF16 Serviços Integrados EIRELI	8.843
Brinov Tecnologia Ltda	7.343
Central Comunicações Ltda	5.895
Heitor Alexandre Ferreira Lima 38768287836	4.650
BNP - Serviços de Informática Ltda	4.062
Órulo Sistemas de Informação Ltda	4.000
Global Service Serviços Terceirizados EIRELI	6.620
Associação dos Taxistas Prime	3.377
PK9 Tecnologia e Serviços Ltda	3.250
Algar Soluções em TIC S/A	2.229
Afixgraf Comércio de Produtos Gráficos Ltda	1.906
Staff Auditoria & Assessoria	1.821
Mamanduca Comércio de Alimentos Sociedade Unipessoal Ltda	1.400
Artcool Ar Condicionado Ltda	1.380
Green Coffee Solutions Comércio e Locação de Máquinas para Café Expresso Ltda	720
Vocom Tecnologia e Telecomunicações em Nuvem Ltda	490
Outros Fornecedores	1.127
Total	85.608

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

13.1. Circulante

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS diferida (a)	278.710	475.224
PIS diferido (a)	60.509	103.174
IRRF sobre folha de pagamento	233.572	144.535
COFINS	216.500	232.424
ISS diferido (b)	141.361	255.214
ISS	77.022	32.749
PIS	46.713	50.360
CSLL	1.399	45.869
CSRF sobre serviços tomados	1.106	458
INSS sobre serviços tomados	440	226
IRRF sobre serviços tomados	134	60
ISS sobre serviços tomados	80	381
Total	1.057.546	1.340.672

- a. Conforme o art. 7º da Lei Federal nº 9.718/1998, o pagamento das contribuições de PIS e COFINS sobre serviços prestados à pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias poderá ser diferido até a data do recebimento. Dessa forma, a SP Parcerias difere os referidos tributos por ocasião do reconhecimento do ativo de contrato e os reclassifica como tributos a recolher no momento do efetivo recebimento da contraprestação.
- b. Por sua vez, o ISS é diferido no reconhecimento do ativo de contrato até a data da emissão da nota fiscal, quando há a reclassificação como ISS a recolher.

13.2. Não circulante

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ diferido	92.644	124.791
CSLL diferida	41.992	53.565
Total	134.636	178.355

Conforme mencionado na nota explicativa 3.5.2, a Companhia difere a tributação do lucro relativo aos contratos de longo prazo até sua realização e, por consequência, o IRPJ e CSLL são diferidos até o momento da realização financeira do lucro diferido.

14. ARRENDAMENTOS A PAGAR

Conforme mencionado na nota nº 10, os arrendamentos incluem os contratos de locação de impressoras e do imóvel utilizado como sede da Companhia.

No início do arrendamento, a SP Parcerias reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo contratual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos, é utilizada a taxa de empréstimo incremental, já que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Ao longo do tempo, o valor do passivo de arrendamento é aumentado pela apropriação encargos financeiros e reduzido pelos pagamentos.

Em 2022, a Companhia reconheceu despesas com arrendamentos no montante de R\$ 192.543, sendo R\$ 156.991 referentes às amortizações dos direitos de uso e R\$ 35.552 correspondentes aos encargos financeiros.

Pagamentos mínimos	2023	2024	Total
Arrendamentos a pagar	207.218,97	189.532	396.751
Encargos financeiros	(24.101)	(7.001)	(31.102)
Total	183.118	182.531	365.649

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Garantias contratuais (a)	58.897	52.718
Cartão de pagamento (b)	27.317	-
Condomínio	6.353	5.664
Energia elétrica	3.950	2.944
Seguros	246	112
Ações judiciais (c)	-	19.884
Total	96.764	81.321

a. Garantias contratuais

A rubrica é composta por valores correspondentes ao importe de 5% do valor de contratos firmados com fornecedores, nos termos do art. 70 da Lei Federal nº 13.303/2016, cujo objetivo é assegurar indenização por eventuais prejuízos causados pelas empresas contratadas.

Os valores recebidos a título de garantia contratual são atualizados monetariamente sob a taxa de remuneração da poupança e são restituídos às contratadas após o encerramento do vínculo, conforme previsto no § 4º do art. 70 da lei supracitada.

b. Cartão de pagamento

Trata-se da transferência do saldo do recurso disponível no cartão de pagamento (conta de pagamento) para a conta corrente da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira disponibiliza o recurso na conta de destino imediatamente, porém, efetua a cobrança na conta de origem no prazo de 2 a 3 dias. Sendo assim, refere-se à antecipação de recursos pela instituição bancária.

c. Ações judiciais

O saldo foi baixado em contrapartida à recuperação de despesas, em virtude do arquivamento do processo.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital Social

O capital subscrito no valor de R\$ 20.000.000 está representado por 20.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que 19.999.999 destas pertencem à Prefeitura Municipal de São Paulo.

Do capital subscrito, R\$ 7.300.000 estão a integralizar pelo acionista majoritário.

16.2. Prejuízos Acumulados

A SP Parcerias encerrou o exercício com resultado positivo de R\$ 3.753.923, maior lucro apresentado desde o início das atividades, o que permitiu a reversão integral dos prejuízos acumulados e a distribuição de R\$ 1.153.536 de lucro.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício	3.753.923	1.475.598
Prejuízos acumulados	(2.600.387)	(1.475.598)
Lucro após a reversão dos prejuízos acumulados	1.153.536	-
Reserva legal	(57.677)	
Dividendos obrigatórios - na forma de JCP	(273.965)	
Dividendos adicionais propostos - na forma de JCP	(432.208)	
Dividendos adicionais propostos	(389.687)	
Total	-	-

16.3. Reserva legal

Após a reversão dos prejuízos acumulados, conforme disposto no art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, antes de qualquer outra destinação, a Companhia aplicou 5% do lucro na constituição da reserva legal (R\$ 57.677), com o fim de assegurar a integridade do capital social. Nos termos legais, a reserva poderá ser utilizada somente para o aumento do capital ou eventual compensação de prejuízos, e não excederá a 20% do capital social.

16.4. Distribuição de dividendos – obrigatórios e adicionais

16.4.1. Dividendos obrigatórios

O Estatuto Social da Companhia estabelece em seu art. 11 que os dividendos serão distribuídos de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos aprovada pelo Conselho de Administração. A Política, por sua vez, prevê que o dividendo mínimo obrigatório será distribuído no importe de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976. A base de cálculo dos dividendos está assim composta:

	31/12/2022
Lucro após a reversão dos prejuízos acumulados	1.153.536
(-) Reserva legal - 5%	(57.677)
(=) Lucro ajustado	1.095.859
Dividendos obrigatórios - 25%	273.965

Os dividendos obrigatórios são apresentados no passivo no balanço patrimonial.

16.4.2. Dividendos adicionais

Considerando que todo o lucro deve ser destinado, foram propostos dividendos adicionais, no valor de R\$ 821.894. Por estarem sujeitos à aprovação na Assembleia Geral Ordinária, não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro.

	31/12/2022
Dividendos adicionais propostos - na forma de JCP	432.208
Dividendos adicionais propostos	389.687
Total	821.894

16.4.3. Juros sobre Capital Próprio

De acordo com o item 7.8 da Política de Distribuição de Dividendos, os dividendos (obrigatórios ou adicionais) serão pagos sob a forma de Juros sobre Capital Próprio em razão do benefício tributário à Companhia oriundo da dedução dos valores para efeitos de apuração do lucro real, limitada ao cálculo dos juros com base na TJLP, *pro rata die*, aplicado sobre as rubricas do Patrimônio Líquido indicadas no Decreto Federal nº 9.580/2018.

O cálculo dos Juros sobre Capital Próprio está detalhado a seguir:

Patrimônio líquido em 31/12/2021	10.099.613
Taxa anual - TJLP	6,9921%
Juros sobre Capital Próprio	706.172
(-) Dividendos obrigatórios - na forma de JCP	(273.965)
(-) Dividendos adicionais propostos - na forma de JCP	(432.208)
Saldo	-

O benefício tributário relativo à redução do IRPJ e da CSLL foi de R\$ 168.069.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16.1, R\$ 7.300.000 do capital social estão pendentes de integralização. Sendo assim, a Companhia elaborou proposta, a ser apresentada na Assembleia Geral

Ordinária dos Acionistas, para que a distribuição dos dividendos, obrigatórios e adicionais, seja revertida para abatimento do capital a integralizar.

17. RECEITA OPERACIONAL

17.1. Receita operacional bruta

Em 2022, mais de 96% da receita da SP Parcerias foi gerada de transações com partes relacionadas, realizadas em condições estritamente comutativas e se referem à prestação de serviços inerentes ao seu objeto social.

A receita bruta totalizou o montante de R\$ 22.984.919, 71% maior que em 2021.

	31/12/2022	31/12/2021
Secretaria de Governo Municipal - parte relacionada	15.924.242	10.151.829
Secretaria Municipal da Educação - parte relacionada	5.920.826	3.287.340
Secretaria Municipal de Saúde - parte relacionada	242.352	-
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	897.499	-
Total	22.984.919	13.439.169

Ressalta-se que, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.1, a Prefeitura de São Paulo é acionista majoritária da SP Parcerias.

17.2. Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com prestação de serviços	22.984.919	13.439.169
(-) PIS	(379.251)	(221.746)
(-) COFINS	(1.746.854)	(1.021.377)
(-) ISS	(1.149.245)	(671.958)
Receita operacional líquida	19.709.569	11.524.088

18. CUSTO COM PESSOAL E PRÓ-LABORE

O custo com pessoal e pró-labore está relacionado ao pessoal alocado para fazer frente à demanda de serviços prestados.

19. CUSTO COM DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

	31/12/2022	31/12/2021
Amortização de licença de direito de uso de imóvel	77.119	77.119
Amortização de licença de direito de uso de softwares	51.181	29.747
Depreciação de equipamentos de informática	26.080	-
Amortização de licença de direito de uso de ativo	1.144	1.359
Total	155.523	108.225

20. CUSTO COM OCUPAÇÃO

	31/12/2022	31/12/2021
Dedetização	968	430
Conservação e reparos	1.820	-
IPTU	6.023	3.285
Copeiragem	7.875	-
Energia elétrica	28.067	9.918
Limpeza	32.106	20.270
Condomínio	57.815	33.981
Total	134.674	67.884

A variação do custo com ocupação está relacionada ao acréscimo de pessoal alocado na área técnica em função do aumento de demanda e receitas da Companhia.

21. OUTROS CUSTOS

	31/12/2022	31/12/2021
Locação de computadores	226.817	71.989
Diárias de viagens e passagens	219.386	-
Locação office 365	56.776	38.571
Tecnologia da informação	36.918	18.144
Locação software de imóveis	29.950	-
Avaliação de imóveis	23.500	14.300
Transporte de pessoal	21.387	1.226
Internet	17.701	11.545
Manutenção de ar-condicionado	9.315	975
Treinamento e capacitação	6.424	-
Impressões	2.941	167
Uniformes	2.444	-
Edição e locução e vídeos	1.746	-
Apropriação de assinaturas de revistas	718	599
Consulta de matrículas de imóveis	670	168
Desenhos técnicos	415	-
Serviços de gráficas	250	396
Levantamento planialtimétrico	-	20.000
Total	657.357	178.080

A variação de outros custos está relacionada ao aumento de demanda e receitas da Companhia.

22. DESPESA COM PESSOAL E PRÓ-LABORE

As despesas com pessoal e pró-labore referem-se aos gastos com pessoal alocado na execução das atividades da área-meio.



23. DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

	31/12/2022	31/12/2021
Suporte técnico ao ERP	65.636	55.169
Locação de computadores	65.160	28.245
Auditoria Independente	21.663	17.983
Locação office 365	13.047	16.098
Tecnologia da informação	12.246	18.144
Limpeza	11.932	20.270
Auditoria interna	6.300	6.600
PMCSO/PGR	5.090	2.857
Copeiragem	4.725	-
Auditoria ISO 37001	2.600	2.800
Leitura e recorte de jornais	2.537	2.512
Impressões	1.107	2.458
Assessoria contábil	-	39.063
Suporte técnico ao servidor	-	607
Total	212.042	212.805

24. DESPESA COM OCUPAÇÃO

	31/12/2022	31/12/2021
Manutenção e reparos	12.990	2.763
Condomínio	12.035	33.981
Energia elétrica	8.072	13.369
IPTU	1.205	3.285
Telefone	756	1.343
Dedetização	323	430
Total	35.381	55.172



25. DESPESAS GERAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Seguros	34.096	28.575
Bens de natureza permanente	22.485	2.888
Treinamento de pessoal	9.800	-
Internet	7.958	11.545
Locação máquina de café	6.980	3.439
Materiais de uso e consumo	6.762	1.113
<i>Coffee Break</i>	5.583	2.054
Taxas diversas	3.822	3.391
PABX	3.740	8.423
Manutenção de ar-condicionado	3.105	975
Transporte de pessoal	2.923	4.319
Publicações legais	2.416	-
Certificados digitais	853	769
Gerenciamento de contratos estagiários	777	1.437
Assinaturas eletrônicas	733	-
Serviços de gráficas	217	193
Correios	120	377
Cartório	95	97
Despesas diversas	40	-
Materiais de escritório	-	615
Multas contratuais	-	6.664
Hospedagem de site	-	1.199
Total	112.506	78.074

26. DESPESA COM DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO

	31/12/2022	31/12/2021
Amortização de direito de uso de imóvel	77.119	77.119
Depreciação de benfeitorias	46.135	30.211
Depreciação de equipamentos de informática	28.943	9.446
Depreciação de móveis e utensílios	6.389	7.967
Amortização de direito de uso de impressoras	1.610	3.131
Depreciação de máquinas, aparelhos e equipamentos	1.310	1.087
Amortização de direito de uso de software	524	462
Depreciações e amortizações indedutíveis	-	22
Total	162.031	129.445

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de despesas (a)	20.012	706
Restituição NF do Milhão	96	59
Multas contratuais	10	16.551
Honorários advocatícios	-	3.637
Perdas na baixa de ativo intangível	-	(365)
Doações - incentivos fiscais (b)	(9.150)	(1.973)
Perdas na baixa de ativo imobilizado	(11.525)	(1.981)
Total	(557)	16.634

a. Trata-se, substancialmente (R\$ 19.884), da baixa de honorários sucumbenciais, conforme mencionado na nota explicativa nº 15.

b. Foram realizadas doações ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FUMCAD e Fundo Municipal do Idoso a título de incentivo fiscal, no importe de R\$ 4.574,94 cada, conforme previsto nas Leis Federais nº 12.594/12 e nº 12.213/2010 e no Decreto Municipal nº 59.098/2019.

28. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras (a)	1.043.863	209.968
Despesas financeiras (b)	(40.389)	(48.413)
Total	1.003.474	161.555

- a. A rubrica é composta, substancialmente, pelo rendimento de aplicações financeiras (R\$ 1.018.611) e pela atualização monetária de créditos tributários (R\$ 25.251). A variação está diretamente relacionada ao aumento da geração de caixa, detalhado na Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- b. As despesas financeiras são compostas, substancialmente, pela apropriação dos encargos financeiros dos passivos de arrendamento (R\$ 35.552) e pela correção monetária das garantias contratuais recebidas (R\$ 4.087), mencionadas na nota explicativa nº 15.

29. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

A memória de cálculo do imposto de renda e da contribuição social está demonstrada abaixo:

Resultado antes do IRPJ e CSLL	4.660.185
Adições do período (a)	221.318
Exclusões do período (b)	(900.114)
Compensação de prejuízo fiscal	(1.194.417)
Total da base de cálculo	2.786.973
IRPJ (15%)	418.046
Base de cálculo do adicional de IRPJ	2.546.973
Adicional de IRPJ (10%)	254.697
IRPJ total	672.743
PAT	(8.562)
Incentivo fiscal (doações)	(8.747)
IRPJ (c)	655.434
CSLL (c)	250.828

- a. Os valores adicionados referem-se, às despesas indedutíveis, como por exemplo, amortizações e encargos financeiros dos contratos de arrendamentos e diferenças temporárias entre as depreciações/amortizações contábil e fiscal.

Enquanto a depreciação/amortização contábil é calculada aplicando-se a taxa definida pela Administração com base da vida útil estimada do ativo, a depreciação/amortização fiscal é calculada aplicando-se a taxa definida pela Receita Federal do Brasil na Instrução Normativa nº 1700/2017.

- b. As exclusões são compostas pelos pagamentos dos contratos de arrendamentos, reversão de depreciações/amortizações indedutíveis e juros sobre capital próprio.
- c. Da despesa com tributos sobre o lucro, R\$ 134.636 referem-se aos tributos sobre o lucro diferido, conforme detalhado na nota explicativa nº 3.5.

Lucro diferido do exercício	666.538
Compensação de prejuízo fiscal	(199.961)
Total da base de cálculo	466.577
IRPJ (15%)	69.987
Base de cálculo do adicional de IRPJ	226.577
Adicional de IRPJ (10%)	22.658
IRPJ diferido	92.644
CSLL diferida	41.992

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. Risco de crédito

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se restringem às aplicações financeiras em condições normais de mercado, reconhecidas nas demonstrações financeiras e que se destinam a atender suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos.

A SP Parcerias restringe a exposição a riscos de crédito associados a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha e com remuneração em títulos de renda fixa e de curto prazo.

30.2. Risco de liquidez

É representado pela possibilidade de não possuir ativos financeiros suficientes para cumprir com as obrigações nas suas respectivas datas de vencimento. A fim de minimizar tal risco, a Administração preza pela eficiência na aplicação de recursos e manutenção de disponibilidades robustas que possam garantir a manutenção das atividades e cumprimento das obrigações de curto prazo.

30.3. Risco de mercado

O risco de mercado está relacionado, principalmente, à possíveis mudanças no cenário político-econômico, que podem impactar diretamente a área de concessões e parcerias público-privadas.

O objetivo da Companhia é gerenciar e controlar a exposição aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis com o negócio.

30.4. Risco operacional

São os riscos diretos e indiretos decorrentes de diversas causas associadas aos processos e atividades da Companhia.

A Administração, auxiliada pela Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos, empenha-se continuamente na efetiva aplicação e otimização dos controles internos, bem como na sua significativa ampliação e fortalecimento, melhorias dos fluxos procedimentais, padronização dos documentos, organização e controle de registros e definição clara de atribuições e responsabilidades.

Entre as diversas e constantes atividades, cita-se a realização da auditoria interna do *gap analysis* e da auditoria do Sistema de Gestão Antissuborno da Companhia e que resultaram na manutenção da Certificação ABNT NBR ISO 37001:2017 – Sistema de Gestão Antissuborno pelo terceiro ano consecutivo.

31. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros era composta por R\$ 750.000 contra incêndios e R\$ 12.000.000 para responsabilidade civil.

32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DE INTERESSE PÚBLICO – LEI FEDERAL Nº 13.303/2016

O interesse público que justificou a criação da SP Parcerias se evidencia na própria natureza do Plano Municipal de Desestatização (PMD) e do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, os quais reúnem o conjunto dos projetos de parcerias com a iniciativa privada, cujas viabilizações são expressas no objeto social da Companhia, entre outras. Assim, em atendimento às exigências de divulgação de dados operacionais e financeiros das operações relacionadas ao objeto social e à consecução dos fins de interesse público, verifica-se que foram estruturados projetos que geraram receita operacional líquida de R\$ 19.709.569 e custos de serviços prestados de R\$ 12.797.062.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes significativos que pudessem ser divulgados ou registrados, em conformidade com os requisitos da NBC TG 24 (R2) – Evento Subsequente.

Nátany Alves Boldo

Gerente

CRC 1SP309554/O-1

Guilherme Bueno de Camargo

Diretor-Presidente



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Administradores e Conselheiros da
SÃO PAULO PARCERIAS S/A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SÃO PAULO PARCERIAS S/A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SÃO PAULO PARCERIAS S/A.**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **SÃO PAULO PARCERIAS S/A.**, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitidas para fins de comparação, foram por nós examinadas, e emitimos relatório em 09/03/2022 sem modificação de opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para



permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas/SP, 15 de março de 2023



CRC2SP023856/O-1

ROBERTO ARAUJO DE SOUZA
Assinado de forma digital por
ROBERTO ARAUJO DE SOUZA
Dados: 2023.03.15 15:43:07 -03'00'
ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
Sócio
CTCRC1SP242826/O-3

Aprovação do Conselho de Administração

Observados os termos do art. 142, V da Lei federal nº 6.404/1976, o Conselho examinou o Relatório Anual Integrado da Administração, o qual demonstra as informações mais relevantes e os principais destaques do ano de 2022, bem como as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o Relatório dos Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas pela Staff Auditoria & Assessoria – EPP em 15 de março de 2023. O Colegiado aprovou por unanimidade a matéria, solicitando a submissão ao Conselho Fiscal para emissão de parecer consoante determinação do art. 163, II e VII da Lei Federal nº 6.404/1976 e, posteriormente, à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

Eduardo de Castro

Conselheiro

Gustavo Garcia Pires

Conselheiro

Juan Manuel Quirós Sadir

Conselheiro

Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes

Conselheiro

Mariana Matteucci Doher

Conselheira

Rubens Naman Rizek Junior

Conselheiro

Edson Aparecido dos Santos

Presidente do Conselho de Administração

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO PARCERIAS S.A, abaixo assinados, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, declaram que procederam ao exame do Relatório Anual Integrado da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas pela Staff Auditoria & Assessoria – EPP, em 15 de março de 2023, e que são de PARECER FAVORÁVEL, consignando-se que os documentos apresentados representam a efetiva situação econômico-financeira da São Paulo Parcerias S.A., em 31/12/2022 e, que reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

Marcelo Soares de Souza

Conselheiro

Thiago Demétrio Souza

Conselheiro

Cláudia Bice Romano

Presidente do Conselho Fiscal



São Paulo Parcerias S.A.

CNPJ 11.702.587/0001-05

Rua Líbero Badaró, 293, 25º andar, cjs 25C e 25D

Centro Histórico - São Paulo/SP - CEP 0109-907

Tel. +55 11 3343-6000